



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

DELIBERAÇÃO EM REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 12-06-2017

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE PAREDES DE COURA - ORU

PONTO 05 - Apreciação, discussão e votação de relatório de ponderação da discussão pública de Operação de Reabilitação Urbana de Paredes de Coura (ORU).-----

Foi presente o relatório de ponderação da discussão pública da Operação de Reabilitação Urbana de Paredes de Coura (ORU), que foi rubricado pelo Executivo e fica a fazer parte integrante desta ata.-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar o relatório de ponderação da discussão pública de Operação de Reabilitação Urbana de Paredes de Coura (ORU).-----

Mais foi deliberado, também por unanimidade, submetê-lo à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.-----

RELEVANTE INTERESSE PUBLICO MUNICIPAL

PONTO 13: Apreciação, discussão e votação de pedido da empresa Semeia Motivação Agroturismo Lda. para declaração pela Câmara Municipal e remessa de proposta para declaração pela Assembleia Municipal, do relevante interesse público municipal de projeto turístico, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e alínea a) do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (DL n.º 73/2009, de 31 de março).

----- Foi presente o requerimento de Semeia Motivação Agroturismo Lda., com sede em Barrocas, Rubiães, no âmbito do projeto de turismo em espaço rural – ECO Slow Emotion, a levar a efeito no lugar de Barroca, Rubiães a solicitar declaração pela Câmara Municipal e remetido como proposta desta para declaração pela Assembleia Municipal o relevante interesse público municipal, do projeto, anexo a esta ata e que dela fica a fazer parte integrante.-----

----- Tem a informação do Serviço Jurídico com o seguinte teor:-----

ASSUNTO: Requerimento para declaração de reconhecimento de relevante interesse público municipal de projeto, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e alínea a) do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (DL n.º 73/2009, de 31 de março).-----

Requerente: Semeia Motivação, Agroturismo, Lda.-----

Foi apresentado pela requerente, pedido de reconhecimento de relevante interesse público municipal do projeto de empreendimento de turismo em espaço rural “Eco Slow Emotion” que pretende levar a cabo no Lugar de Barroca, freguesia de Rubiães deste concelho, para efeitos do disposto no art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março (Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional - RJRAN), na sua redação atual.-----

O pedido encontra-se fundamentado (em suma, na escassez de alojamento existente no concelho, em particular com ligação às atividades de turismo de natureza; na capacidade de alojamento do empreendimento; no montante do investimento; na criação de postos de trabalho; nas atividades associadas, que se relacionam com a temática agrícola, o contacto com a natureza e a cozinha saudável) e é apresentada memória descritiva do projeto, com informação detalhada sobre o mesmo.-----

Cumprir informar.-----

De acordo com a memória descritiva, o projeto do empreendimento turístico em causa envolve a ampliação de uma edificação existente e implantação de novas construções em área classificada que integra a RAN.-----

O art.º 25.º do RJRAN prevê a possibilidade de autorização, a título excecional, de utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público e estabelece o respetivo procedimento, que exige o reconhecimento, como tal, por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria.-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

A instrução desse pedido de autorização deve conter, entre outros elementos, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo:-----

“declaração emitida pela Assembleia Municipal do concelho onde se pretende realizar a ação, comprovando que o projeto é considerado de interesse público municipal;”. -----

Assim, o reconhecimento do interesse público municipal do projeto, que é da competência da Assembleia Municipal, constitui condição prévia indispensável para que se possa desencadear o processo de autorização de utilização não agrícola da área inserida em RAN, sendo da competência da Assembleia Municipal. -----

Não podemos deixar de salientar que o pedido em análise não se confunde com o processo de classificação de bens imóveis de interesse municipal, previsto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, com implicações fiscais nos termos previsto no Estatuto dos Benefícios Fiscais (IMI e IMT). Por via da classificação determina-se que certo bem possui um inestimável valor cultural, sendo de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

No caso em análise, diferentemente, trata-se de aferir da relevância da utilização projetada para o interesse público municipal (e não do valor cultural do prédio em si).-----

Compete à Câmara Municipal, de acordo com o estatuído na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta. -----

Cabe, portanto, à Câmara Municipal apreciar o pedido e propor à assembleia a decisão que melhor considere de acordo com o interesse público municipal. -----

À consideração superior.-----

Foi deliberado, por unanimidade, dar parecer favorável ao projeto de turismo em espaço rural – ECO Slow Emotion, a levar a efeito no lugar de Barroca, Rubiães, apresentado pela empresa Semeia Motivação Agroturismo Lda., com sede em Barrocas, Rubiães, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e alínea a) do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (DL n.º 73/2009, de 31 de março), submetê-lo à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, para emissão de declaração de que o projeto é considerado de relevante interesse público municipal.” -----

DELIBERAÇÃO EM REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 15-05-2017

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISOR DE CONTAS – 32/15_S - RENOVAÇÃO

PONTO 02 - Apreciação, discussão e votação da proposta da renovação do procedimento de “Prestação de Serviços de Revisor Oficial de Contas – 32/15_S”. -----

Nomeação de auditor externo para certificação de contas -----

Considerando: -----

- A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que veio revogar a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais);-----

- O artigo 76.º do referido diploma onde refere que os documentos de prestação de contas são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas; -----

- O artigo 77.º, ainda do mesmo diploma, estipulando que o auditor externo, responsável pela certificação legal das contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo. -----

- O procedimento prévio à contratação do referido auditor externo está sujeito às regras do Código de Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), de acordo com as quais, em função do valor, poderá ser adotado o procedimento por ajuste direto, mediante a apresentação de convite a uma ou várias entidades para apresentação de proposta (artigo 112.º do CCP).-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Propõe-se: -----

- A prorrogação do prazo do contrato pelo período de 12 meses, de acordo o n.º 2 da cláusula 4ª do caderno de encargos à sociedade de revisores oficiais de contas Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda.;

- A sua nomeação como auditor externo, responsável pela certificação legal das contas, para o ano de 2017, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Paredes de Coura, 11 de maio de 2017. -----

Foi deliberado, por unanimidade, de acordo com a informação técnica transcrita, aprovar:-----

- A prorrogação do prazo do contrato pelo período de 12 meses, de acordo o n.º 2 da cláusula 4ª do caderno de encargos à sociedade de revisores oficiais de contas Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda.; -----

- A sua nomeação como auditor externo, responsável pela certificação legal das contas, para o ano de 2017, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Deliberou, ainda, submeter a presente nomeação à apreciação da Assembleia Municipal”.